

Patrimônio Histórico-Cultural e Turismo em Pernambuco: Metodologia de Criação de Novos Roteiros Turísticos

Autoria: André Fontan Köhler, José Carlos Garcia Durand

Resumo

O turismo vem constituindo-se em uma atividade econômica fundamental para o Brasil, e, em especial, para o Nordeste, verificando-se, nos últimos anos, um grande aumento no número de turistas e na geração de emprego e renda proveniente desta atividade na Região.

A atividade turística na Região Nordeste, particularmente em Pernambuco, concentra-se na capital e em poucas cidades litorâneas, não trazendo benefícios para a maior parte da população, principalmente a localizada no interior do Estado. Além disto, o patrimônio histórico-cultural do Estado, como, por exemplo, fortes, igrejas, casario colonial e museus, é muito pouco aproveitado como atração turística, mesmo o presente na capital e nas cidades litorâneas, apresentando um alto grau de abandono e deterioração.

O objeto deste trabalho é desenvolver uma metodologia para a elaboração de roteiros turísticos que utilizem o patrimônio histórico-cultural de Pernambuco como atrativo turístico, roteiros estes que venham a desempenhar um papel relevante na restauração e conservação de bens histórico-culturais do Estado, na geração de emprego e renda e que tenham uma finalidade pedagógica, tanto para os turistas quanto para as comunidades receptoras destes visitantes.

1. A importância do mercado de turismo

O mercado de turismo é um dos setores econômicos mais dinâmicos no Brasil e no Mundo, tendo apresentado, nos últimos anos, um grande crescimento no número de turistas e na renda gerada pelas atividades turísticas. De acordo com a EMBRATUR (2002), o número de turistas internacionais no Mundo passou de 503,4 milhões em 1992 para 688,6 milhões em 2001. As receitas cambiais provenientes deste crescente fluxo de turistas passaram de US\$ 305,75 bilhões em 1992 para US\$ 472 bilhões no ano de 2001.

No Brasil, foi verificado, neste mesmo período, um grande crescimento no número de turistas internacionais e na renda gerada por este fluxo. Enquanto que o número de turistas internacionais no Brasil passou de 1,7 milhão em 1992 para 4,8 milhões em 2001, a renda gerada por esta atividade passou de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 3,7 bilhões neste mesmo intervalo de tempo.

O mercado doméstico de turismo no Brasil foi composto de 41.350.000 turistas em 2001, que geraram gastos totais de R\$ 48.400.000.000,00 em suas viagens (EMBRATUR, 2002a). O Produto Interno Bruto (PIB) do turismo, neste ano, foi de R\$ 29,525 bilhões, representando 2,5 % do PIB nacional, e o emprego em atividades turísticas foi de 1.304.453 pessoas, correspondente a 4,83 % do emprego nacional.

O Nordeste possui um lugar de destaque no turismo no Brasil. A Região teve um PIB Turístico de R\$ 9,773 bilhões em 2001, correspondente a 6,5 % do PIB total da Região, superior à média de 2,5 % verificada para o Brasil. Dos 13 principais destinos do turismo doméstico no Brasil, que responderam por 26 % do total de visitantes, cinco encontram-se na Região Nordeste, conforme pode ser visto na *tabela 1*.

Tabela 1. Principais Destinos do Turismo Doméstico no Brasil – 2001.

	Cidade	Região	% Turistas Nacionais
1	São Paulo	Sudeste	4,5
2	Rio de Janeiro	Sudeste	3,1
3	Fortaleza	Nordeste	2,3
4	Salvador	Nordeste	1,9
5	Natal	Nordeste	1,7
6	Belo Horizonte	Sudeste	1,7
7	Porto Alegre	Sul	1,7
8	Santos	Sudeste	1,6
9	Recife	Nordeste	1,6
10	Itanhaém	Sudeste	1,6
11	Brasília	Centro Oeste	1,5
12	Curitiba	Sul	1,4
13	Porto Seguro	Nordeste	1,4

Fonte: EMBRATUR (2002a).

Pernambuco possui um lugar de destaque no mercado turístico nacional, apresentando a 6º maior receita turística brasileira em 2001, no valor de R\$ 2.993.419,1 mil (turismo receptivo). Com gastos no valor de R\$ 919.441,30 mil (turismo emissivo), o Estado apresentou, em 2001, um saldo líquido de turismo no valor de R\$ 2.073.977,80 mil (o 3º maior do Brasil, atrás apenas da Bahia e do Ceará). A cidade de Recife, maior centro turístico pernambucano, é o nono maior destino turístico doméstico, com 1,6 % do fluxo de visitantes nacionais em 2001.

Com um crescimento de 29,63 % no número de empregados em atividades turísticas entre 1998 e 2001, ocupando neste último ano 37.090 pessoas (4,18 % do emprego estadual total), o turismo vem constituindo-se como uma atividade fundamental para Pernambuco, em termos de geração de emprego e de renda. O baixo desenvolvimento econômico e social do Estado, caracterizado por uma renda per capita (IBGE, 2001) de R\$ 3.673,00 e um IDH (IPEA, 2002) de 0,692, ante índices de R\$ 6.473,00 e 0,769 no Brasil, respectivamente, reforçam ainda mais o papel do turismo como fator de desenvolvimento econômico e social do Estado.

2. Características do mercado de turismo em Pernambuco e aproveitamento do patrimônio histórico-cultural como atrativo turístico

O turismo em Pernambuco está concentrado em poucos destinos do Estado – nas cidades litorâneas e na Região Metropolitana do Recife, principalmente. As cidades do Recife e de Ipojuca (praia de Porto de Galinhas) concentram a maior parte da demanda turística internacional, proveniente de outros Estados e do próprio Estado de Pernambuco. Algumas cidades como Gravatá, Triunfo e Garanhuns (regiões serranas), Caruaru (maior feira livre do Brasil e maior centro de artes figurativas da América, de acordo com a UNESCO) e Petrolina (centro regional) são centros turísticos regionais, atraindo visitantes residentes em seu entorno ou na Região Metropolitana do Recife (caso de Gravatá), principalmente nos fins-de-semana.

Percebe-se um aproveitamento muito pequeno de certos tipos de atrativos turísticos no Estado, em detrimento de outros. Apesar de Pernambuco contar com um importante patrimônio histórico-cultural, com 82 bens tombados (IPHAN, 1994) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além de uma série de outros bens relevantes - muitos dos quais, inclusive, tombados estadualmente (FUNDARPE, 1998) pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) - este patrimônio histórico-cultural (igrejas, conventos, fortes e museus, entre outros) é subutilizado, não sendo, em geral, divulgado ou explorado pelas agências de viagens, guias de turismo ou em sites turísticos na Internet, não fazendo parte, conseqüentemente, do roteiro dos turistas.

Apesar do tombamento pelo IPHAN não conferir automaticamente a um bem atratividade turística, em virtude do caráter técnico deste processo, havendo bens tombados pela especificidade da técnica de construção ou posição do sítio tombado na memória de determinadas elites ou corporações (nem sempre com apelo para se transformar em atração turística), grande quantidade deste patrimônio constitui-se em atrativo turístico para o Estado de Pernambuco, constando ou já tendo feito parte de guias turísticos em passado recente.

Com a finalidade de medir a divulgação do patrimônio histórico-cultural de Pernambuco enquanto atrativo turístico, foram realizadas duas pesquisas comparativas, ambas baseadas na proporção de bens tombados pelo IPHAN divulgados em guias turísticos sobre a quantidade de bens tombados total. A primeira pesquisa¹ mostra a evolução da porcentagem de bens tombados pelo IPHAN listados como atração turística nas edições do Guia Quatro Rodas Brasil de 1980 a 2003 (EDITORA ABRIL, 1980 – 2003), como pode ser visto no *gráfico 1*. Esta pesquisa da evolução histórica da divulgação destes bens centrou-se neste guia turístico por se tratar da mais importante publicação desta área no Brasil, e por estar sendo publicada, em edições anuais, a mais de 30 anos, permitindo comparar a evolução através dos anos.

A segunda pesquisa² compara a porcentagem de bens tombados pelo IPHAN listados como atração turística em três guias turísticos a venda no mercado brasileiro em 2003; Guia Quatro Rodas Brasil 2003, Guia Philips Nordeste e Guia Fodor's 2º edição em português. Apesar destes três guias apresentarem características diferentes entre si, os resultados encontrados, sintetizados no *gráfico 2*, servem como ilustração de como o patrimônio histórico-cultural pernambucano vem sendo divulgado atualmente. O *gráfico 2* inclui também a porcentagem encontrada no Guia Quatro Rodas Brasil 1980, para efeito de comparação.

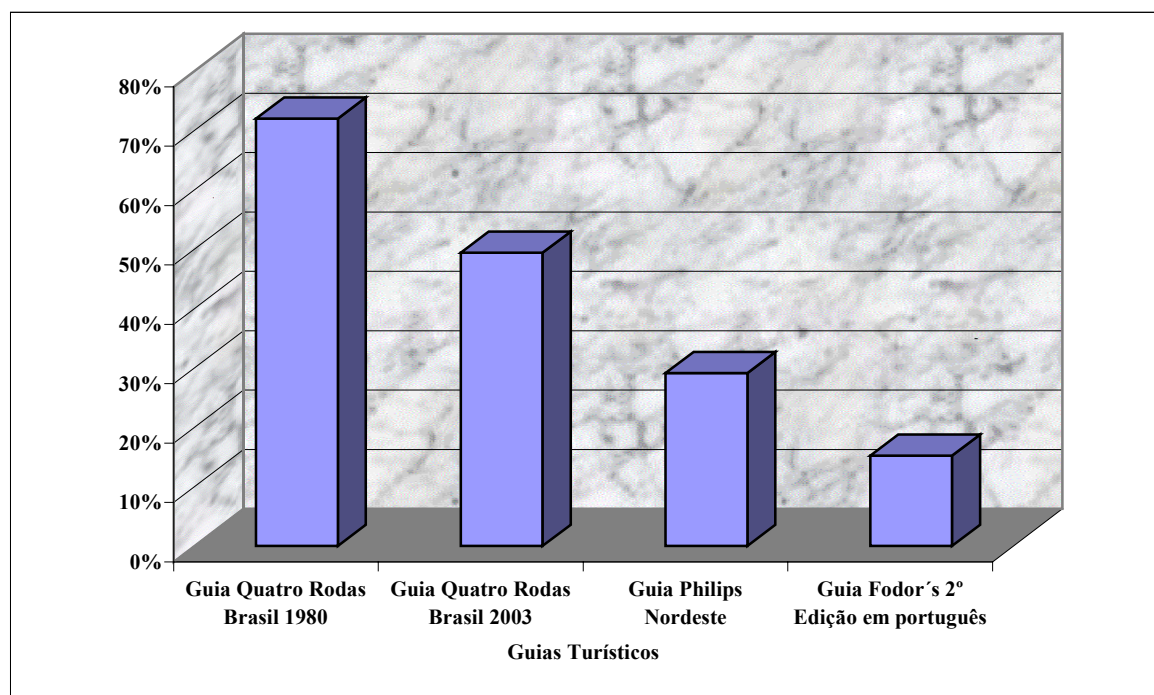
A primeira pesquisa demonstra claramente que o patrimônio histórico-cultural de Pernambuco, no caso o tombado pelo IPHAN, vem sendo excluído da divulgação de atrações turísticas do Estado de Pernambuco. Como pode ser observado no *gráfico 1*, entre 1980 e 1998 a porcentagem de bens tombados pelo IPHAN divulgados no Guia Quatro Rodas Brasil situava-se sempre acima dos 60 %, sendo o ano de 1999 um ponto de inflexão desta publicação em relação ao patrimônio histórico-cultural pernambucano, com a retirada de diversos bens da lista de atrações da cidade, como por exemplo o Sítio da Trindade, a Igreja de Nossa Senhora Fronteiras e a Igreja de Nossa Senhora da Boa Vista.

É interessante notar que, nos três casos citados, bens histórico-culturais abertos a visitação, situados na cidade do Recife e que vinham constando do Guia Quatro Rodas Brasil de maneira ininterrupta entre 1980 e 1998 foram excluídos, de um ano para o outro, das atrações turísticas do Estado de Pernambuco, junto com 9 outros bens, o que fez com que apenas 56 % do conjunto de bens tombados pelo IPHAN estivesse sendo divulgado como atração turística em 1999.

Gráfico 1. Porcentagem de bens tombados pelo IPHAN listados como atração turística (1980 a 2003).

Fonte: Guia Quatro Rodas Brasil (1980 a 2003).

Gráfico 2. Porcentagem de bens tombados pelo IPHAN listados como atração turística.



Fonte: Guia Quatro Rodas Brasil 1980, Guia Quatro Rodas Brasil 2003, Guia Philips Nordeste e Guia Fodor's 2ª edição em português.

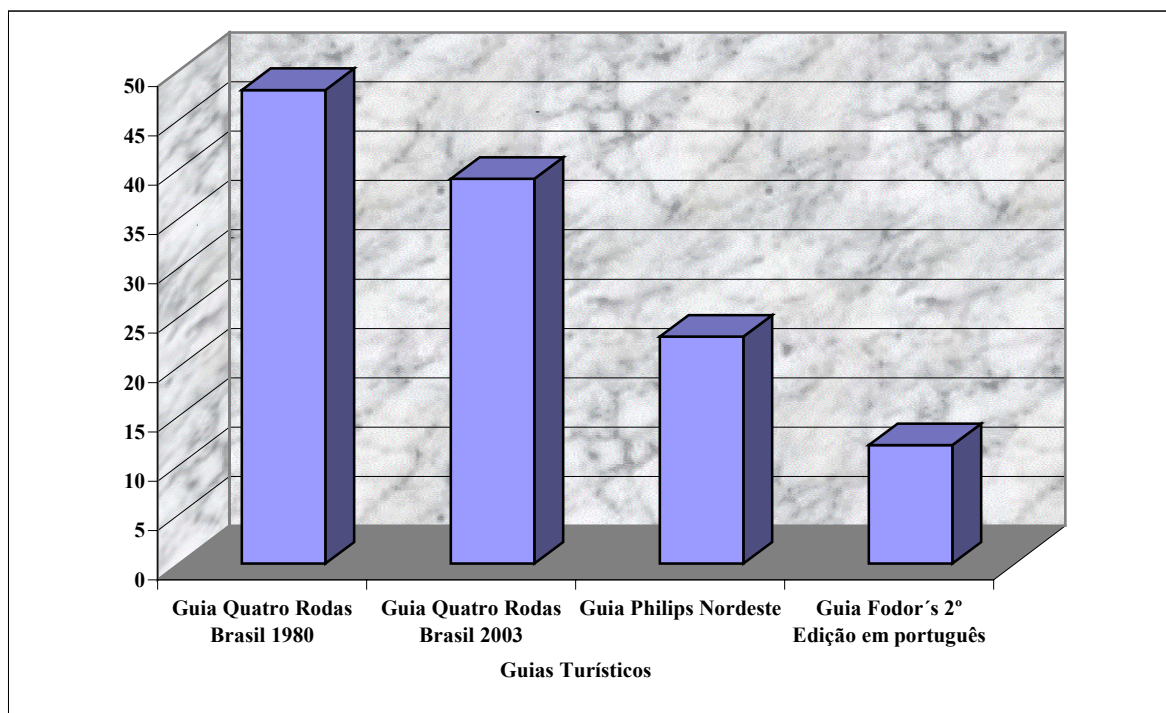
De 2000 a 2002, a porcentagem de divulgação dos bens tombados continua inferior a 60 %, e no ano de 2003 esta porcentagem chega a 49 %, representando uma divulgação por parte do guia de menos da metade do conjunto de bens tombados pelo IPHAN como atração turística. Um conjunto grande do patrimônio histórico-cultural do Estado, com presença constante nos Guia Quatro Rodas Brasil nas décadas de 80 e 90, não vem sendo mais considerado atração turística em Pernambuco, ocasionando um menor fluxo de turistas nestes bens e nas comunidades nos quais os mesmos estão inseridos.

A segunda pesquisa demonstra que a baixa divulgação do patrimônio histórico-cultural pernambucano não é uma exclusividade do Guia Quatro Rodas Brasil 2003, podendo ser constatada em outros guias turísticos a venda no Brasil. O *gráfico 2* mostra que dois outros guias de abrangência nacional, o Guia Philips Nordeste e o Guia Fodor's 2º edição em português, apresentam índices de divulgação do patrimônio histórico-culturais ainda menores do que o Guia Quatro Rodas Brasil 2003, colaborando para a sua subutilização turística.

Um aspecto de destaque do Guia Philips Nordeste e do Guia Fodor's 2º edição em português é que os mesmos excluem da sua divulgação turística cidades inteiras onde estão presentes inúmeros bens tombados pelo IPHAN. Enquanto que o Guia Philips Nordeste não apresenta a cidade de Goiana como atração turística, com seus 9 bens tombados pelo IPHAN, o Guia Fodor's, além de não incluir esta cidade, também não apresenta a cidade de Igarassu como parte de suas cidades turísticas, excluindo os seus 6 bens tombados do guia.

Pode ser visto, no caso destes dois guias, que a exclusão de cidades históricas pernambucanas, localizadas a menos de 80 Km de Recife, constitui-se como um dos principais fatores da baixa divulgação do patrimônio histórico-cultural tombado pelo IPHAN como atrações turísticas. O *gráfico 3* apresenta a quantidade de bens tombados pelo IPHAN presentes, em números absolutos, nos mesmos guias presentes no *gráfico 2*, ilustrando a exclusão do patrimônio histórico-cultural pernambucano enquanto atração turística.

Gráfico 3. Quantidade de bens tombados pelo IPHAN listados como atração turística.



Fonte: Guia Quatro Rodas Brasil 1980, Guia Quatro Rodas Brasil 2003, Guia Philips Nordeste e Guia Fodor's 2º edição em português.

3. Considerações iniciais para o desenvolvimento da metodologia de criação de novos roteiros turísticos em Pernambuco

A presente revisão da literatura tem como objetivo analisar casos de exploração turística e suas consequências para a comunidade receptora de visitantes, o aproveitamento de bens histórico-culturais como atrações turísticas e suas principais consequências, a evolução da atividade turística nos últimos anos e o papel das autoridades locais na condução do processo turístico.

O turismo é uma atividade econômica com grande capacidade de geração de emprego e renda, porém também possui um potencial de causar efeitos nocivos na comunidade receptora dos visitantes, especialmente quando não há nenhum tipo de controle por parte das autoridades públicas locais. Conforme observou OLIVEIRA (1999), o turismo, quando não é controlado de nenhuma forma pelo poder público e quando é realizado sem o envolvimento da comunidade, pode vir a causar sérios danos sociais e ambientais à comunidade receptora, como exclusão social, degradação humana, destruição do meio ambiente e insustentabilidade da atividade a longo prazo. Estes efeitos destrutivos do turismo puderam ser observados no caso da Praia do francês, município de Marechal Deodoro, em Alagoas, e devem ser levados em conta quando da elaboração de novos roteiros turísticos.

De acordo com DODD (1999), um aspecto importante no desenvolvimento de um novo roteiro turístico é evitar que o mesmo se torne uma espécie de enclave dentro de sua própria cidade ou região, e que as manifestações culturais locais sejam ignoradas e marginalizadas, como começou ocorreu na Catalunha em meados dos anos 80, em favor de apresentações e experiências artificiais dirigidas aos turistas. Elaborar um planejamento turístico em conjunto com as autoridades locais e com a participação da comunidade, observando a sua cultura e as suas necessidades, é a única maneira de fazer com que os residentes desta comunidade receptora beneficiem-se da atividade turística em sua cidade ou região.

Conforme observam LAGE & MILONE (1991), a busca por novos roteiros turísticos é importante, pois evita que a exploração de um número limitado de destinos leve ao cansaço turístico, ou seja, que a falta de um maior leque de opções de atrações turísticas e de roteiros faça com que os turistas acabem sentindo-se menos motivados para ver de novo as mesmas atrações repetidas vezes.

No caso de Pernambuco, pode-se perceber que os riscos do cansaço turístico são bastante elevados, em virtude de haver uma concentração do fluxo turístico em um número reduzido de cidades e de atrações, e que a elaboração de novos roteiros é importante para adicionar novas opções de divertimento, lazer e aprendizado aos turistas.

De acordo com ENGELMANN (1999), é importante manter o poder com as autoridades locais sobre questões como educação e treinamento de guias turísticos, manutenção dos atrativos e coordenação das partes envolvidas no projeto turístico. Ao desenvolver novos roteiros, é necessário envolver as autoridades locais neste processo, como fator de legitimização das propostas, de atendimento às demandas locais e de aproveitamento do conhecimento dos órgãos que estão em contato com a realidade das cidades e regiões.

Além disto, a implementação de programas de sucesso, em conjunto com as autoridades e a comunidade local, permitem fazer com que estes programas sirvam de referência para outros municípios, tendo poder de disseminação de idéias para a utilização do patrimônio histórico-cultural como atrativo turístico em outras cidades e regiões.

Como demonstra RICHARDS (1996), vivemos uma fase pós-modernista do mercado turístico mundial, com a existência de segmentos de mercado com demandas específicas e de atrações turísticas com posturas temáticas, em detrimento do projeto modernista de universalidade. A proposta de elaboração de novos roteiros turísticos em Pernambuco segue esta tendência, ao desenvolver destinos baseados em atrativos e particularidades locais ligados a temas regionais.

Ainda de acordo com RICHARDS (1996), a utilização do patrimônio histórico-cultural não se sustenta atualmente apenas como um sucesso de crítica ou voltada para um pequeno grupo de técnicos ou de interessados no assunto. É fundamental fazer com que este patrimônio tenha um sucesso “comercial”, seja através de número de visitas ou da renda gerada pelo mesmo, o que, de maneira geral, demanda a utilização deste bem como atração turística.

4. Principais objetivos no desenvolvimento de novos roteiros turísticos no Estado de Pernambuco

O desenvolvimento de uma metodologia para a elaboração de roteiros turísticos tem como objetivo propor novos roteiros que tenham impacto positivo na geração de emprego e renda advinda da atividade turística no Estado de Pernambuco, que desempenhem um papel importante na restauração e preservação dos bens histórico-culturais e que gerem novas oportunidades de aprendizado e interação cultural por parte dos turistas e das comunidades receptoras onde estão inseridos estes bens.

A implantação destes novos roteiros tem um impacto positivo na geração de emprego e renda da atividade turística. Com um número maior de atrativos turísticos a disposição, há uma tendência que o turista, para aproveitar o maior leque de opções a sua disposição, aumente o seu tempo de permanência no Estado, e, conseqüentemente, os seus gastos em Pernambuco. Junto com isto, existe a tendência deste turista ter uma maior propensão a voltar, em suas próximas viagens, ao Estado, em virtude da maior quantidade de opções de passeios e roteiros turísticos e da pluralidade de atrativos turísticos a serem explorados.

Ainda dentro da temática de geração de emprego e renda, um outro aspecto interessante é a capacidade destes novos roteiros de redirecionar parte do fluxo turístico emissivo do Estado, principalmente no caso de viagens curtas para os Estados vizinhos de Alagoas e da Paraíba, para destinos dentro de Pernambuco, aumentando os gastos dentro do Estado.

A maior utilização do patrimônio histórico-cultural como atrativo turístico, através do desenvolvimento de novos roteiros, também desempenha um papel importante na restauração e preservação dos bens histórico-culturais do Estado de Pernambuco.

Com o uso destes bens como atrativos turísticos, e a natural exposição e utilização que os mesmos sofrerão, a necessidade de restauração e conservação destes bens e de adequação dos mesmos a um fluxo crescente de turistas terão que fazer parte da agenda de órgãos públicos, tanto dos de natureza de regulação estatal – tombamento e preservação do patrimônio – quanto dos de natureza de fomento estatal – promoção do turismo. Esta maior exposição do patrimônio histórico-cultural pernambucano, bem como a instrumentalização destes bens como geradores de emprego e renda advindos do turismo, exercerão uma pressão positiva nos órgãos públicos competentes e nas fontes de financiamento, tanto nacionais como internacionais, para a conservação deste patrimônio.

Outro benefício gerado pelos novos roteiros turísticos é a criação de oportunidades de aprendizado tanto por parte dos turistas (de outros países ou Estados, ou mesmo originários de Pernambuco) quanto por parte da comunidade receptora deste fluxo de visitantes. A descoberta de bens que retratem uma época ou modo de viver das pessoas, a interação entre os turistas e os nativos da comunidade e a valorização da cultura local, com o incentivo a manifestações culturais, expressam a finalidade pedagógica do projeto, através de novos aprendizados e integração de culturas.

Por fim, estes novos roteiros são de grande interesse para os empresários de turismo em geral, dentro da necessidade constante dos mesmos em desenvolver novos produtos que gerem um composto de benefícios para os consumidores e, conseqüentemente, demanda turística. A metodologia apresentada neste artigo cumpre a necessidade do setor turístico privado de novos produtos, sendo um fator de aumento da demanda turística em Pernambuco.

5. Metodologia de desenvolvimento de novos roteiros turísticos no Estado de Pernambuco

A elaboração de uma metodologia de criação de novos roteiros turísticos em Pernambuco baseia-se em quatro partes principais; (1) levantamento do patrimônio histórico-cultural presente nas cidades do Estado, (2) levantamento, nas áreas onde exista a presença de bens histórico-culturais, de outros tipos de atrativos turísticos e de infra-estrutura turística, (3) pesquisa de avaliação da atratividade turística e da viabilidade de exploração dos bens histórico-culturais constantes no primeiro levantamento, levando-se em consideração as outras atrações e a infra-estrutura encontrada no segundo levantamento, e (4) integração da comunidade receptora no processo de atividade turística, através dos princípios de participação e inclusão social.

O (1) levantamento do patrimônio histórico-cultural consiste em relacionar os principais bens – igrejas, conventos, fortes, museus, conjuntos de casario colonial, estações ferroviárias, sítios arqueológicos, mercados municipais, casas de cultura, entre outros – presentes nas cidades pernambucanas, fazendo um registro dos mesmos em termos de localização, estado de conservação, ambiência (situação do entorno no qual o bem está situado), utilização atual, propriedade e eventual horário de funcionamento.

Os dados coletados neste levantamento serão utilizados para montar um banco de dados, que fornecerá um retrato da situação do patrimônio histórico cultural de Pernambuco. Para coletar estes dados e montar o banco de dados, serão utilizadas umas séries de fontes de informações disponíveis sobre os bens em questão, o que faz com que este levantamento possa ser feito de forma rápida e sem incorrer em maiores custos.

Os guias de bens tombados pela FUNDARPE e pelo IPHAN em Pernambuco, as áreas de proteção histórico-culturais de algumas prefeituras municipais, como, por exemplo, da cidade do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980), os bens constantes do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior/PPSHI primeira parte (FIAM, 1982), o Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco/IPAC-PE (FUNDARPE, 1987) e a Série Monografias Municipais (CONDEPE, 1992) fornecem um conjunto bastante amplo de informações para a montagem de um banco de dados que abranja os principais bens histórico-culturais do Estado de Pernambuco, banco este complementado por trabalho de campo nas cidades não abrangidas por nenhuma destas publicações e para atualização das informações disponíveis.

De posse dos resultados desta pesquisa, teremos um mapa com os principais bens com potencial de exploração turística no Estado de Pernambuco (neste ponto, não está definido se alto ou baixo, viável ou não de ser introduzido em um roteiro turístico). Como os roteiros turísticos não vão ser compostos apenas de bens histórico-culturais, será realizado um (2) levantamento nas comunidades, cidades e regiões onde estes bens estão presentes de outras atrações turísticas, de natureza diversas, que podem ser exploradas nestes roteiros, bem como qual a infra-estrutura turística existente.

Para este segundo levantamento, será utilizado o Inventário da Oferta Turística de Pernambuco (EMPETUR, 1990), que relaciona os principais atrativos turísticos, a infra-estrutura existente (meios de hospedagem e alimentação, acesso a cidade, etc.), feiras e exposições e eventos, entre outras informações, guias turísticos e revistas especializadas nesta área.

Com um banco de dados com os registros e informações sobre os principais bens histórico-culturais do Estado e informações relativas a outros atrativos de tipos diversos e infra-estrutura turística, será realizada uma (3) pesquisa com o objetivo de avaliar a atratividade turística e a viabilidade de exploração dos bens constantes neste levantamento.

Agrupando-se os bens histórico-culturais por comunidade, cidade, conjunto de cidades ou mesmo regiões, de acordo com a quantidade de bens, localização geográfica, existência de outros atrativos e infra-estrutura turística, serão efetuadas entrevistas individuais com a finalidade de avaliar o potencial turístico destes bens. Serão elaboradas duas estruturas de entrevistas, uma a ser aplicada a componentes do setor turístico e a órgãos de fomento estatal, e outra a ser aplicada ao setor cultural e de regulamentação estatal dos bens histórico-culturais em questão.

No grupo dos componentes do setor turístico e de fomento estatal do turismo, serão abordados indivíduos que trabalhem na EMBRATUR, na EMPETUR, em agências de viagens, tanto locais quanto nacionais, que tenham Pernambuco como parte de sua oferta comercial, em guias turísticos, em secretarias municipais de turismo e em hotéis e pousadas. As entrevistas serão realizadas individualmente, e permitirão levantar e analisar um conjunto de opiniões autorizadas acerca da possível atratividade de bens histórico-culturais como destino turístico, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de novos roteiros turísticos ou enriquecimento de itinerários já disponíveis no mercado.

No grupo de componentes do setor cultural e de regulamentação estatal (tombamento e preservação), serão abordadas pessoas que trabalhem na Delegacia do Ministério da Cultura em Recife, na coordenação regional do IPHAN no Recife, na FUNDARPE e em museus e casas da cultura no Estado de Pernambuco. Serão abordados também produtores culturais, restauradores, proprietários/responsáveis pelos bens histórico-culturais e secretários municipais de cultura dos municípios pernambucanos. Estas entrevistas, além de questionar a viabilidade de exploração turística do patrimônio histórico-cultural pernambucano, também terão como objetivo medir a capacidade destes bens em servirem como atração turística, dadas às condições estruturais dos mesmos e as suas limitações, e os procedimentos que devem ser tomados para esta exploração turística, como, por exemplo, a necessidade de restauração de uma igreja colonial antes de sua utilização como atrativo turístico.

Neste grupo, será abordada também a questão de como dotar os itinerários (e os bens nele incluídos) de uma narrativa que os apresente como algo digno de ser visitado, ou seja, como fator de valorização do patrimônio e de aprendizado educacional por parte dos turistas.

Conforme está descrito na *tabela 2*, pretende-se trabalhar com a meta de 25 respondentes em cada um dos grupos citados, no total de 50 pessoas, distribuídos por uma série de campos de atuação em cada um dos grupos, com a finalidade de obter um grupo significativo e que recubra a pluralidade de opiniões de cada um destes dois setores.

Tabela 2. Distribuição Prevista de respondentes por campo de atuação.

Setor Turístico/Órgãos Fomento Estatal		Setor Cultural/Órgãos Regulamentação Estatal	
Campos de Atuação	Nº Entrevistas	Campos de Atuação	Nº Entrevistas
EMBRATUR	1	Delegacia Regional Minc-PE	1
Sec. Estadual de Des. Econômico	1	IPHAN-PE 5ª Coordenação Regional	2
EMPETUR	2	Sec. Estadual de Educação e Cultura	1
Secretarias municipais de turismo	10	FUNDARPE	2
Guias turísticos	3	Secretarias municipais de cultura	10
Agências de viagens nacionais	3	Museus e casas da cultura	2
Agências de viagens locais	3	Proprietários/resp. bens tombados	3
Hotéis e pousadas	2	Restauradores	2
		Produtores culturais	2
Total	25	Total	25

A adoção de entrevistas semi-estruturadas, em detrimento de questionários padronizados, deve-se ao fato de que, dentro de cada um dos grupos pesquisados (turismo e cultura), os entrevistados pertencem a campos de atuação diversos com características específicas, e que há uma série de questões e contribuições específicas para cada um destes campos de atuação, que a utilização de questionários não permitiria captar.

Com a relação dos principais bens histórico-culturais do Estado de Pernambuco com potencial turístico, em condições de receber este fluxo turístico e com a análise da infraestrutura e de atrações complementares (ou atrações principais, onde os bens histórico-culturais servirem como atrativos complementares), a última etapa do desenvolvimento de novos roteiros turísticos é o levantamento de (4) sugestões para adequação destes roteiros turísticos às especificidades e necessidades das comunidades receptoras, baseando-se nos conceitos de participação e inclusão social. Com este último nível, esta pesquisa ganhará como contribuição uma proposta de política pública comprometida com efeitos sociais desejáveis.

Com a finalidade de evitar que os fluxos turísticos causem exclusão social e degradação urbana nas comunidades receptoras dos visitantes, serão feitas entrevistas semi-estruturadas com líderes comunitários, representantes das prefeituras municipais e Ongs locais, com o objetivo de propor estratégias de integração da comunidade com os fluxos turísticos advindos da implementação dos roteiros, fazendo com que a população possa ser beneficiada neste processo. Questões como demonstração da cultura local aos visitantes, formas de conduzir o processo de implementação do roteiro turístico e participação da população na provisão de serviços aos visitantes são temas que serão discutidos com lideranças locais, com o objetivo de evitar transformar o turismo em uma atividade alienada da comunidade receptora.

Não há uma meta de respondentes para as entrevistas ou temas a serem abordados, pois a estruturação desta parte do trabalho dependerá da quantidade de roteiros propostos e das comunidades a serem incluídas neste processo.

6. Pontos para Discussão

A elaboração de uma metodologia de criação de novos roteiros turísticos em Pernambuco, visando à utilização do patrimônio histórico-cultural do Estado, gera uma série de questões no âmbito de políticas públicas voltadas para temas como turismo, geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável e interação entre áreas de fomento e de regulação estatal, além de uma discussão da complementaridade entre o poder público e a iniciativa privada em questões sobre utilização, restauração e conservação de bens histórico-culturais e sobre a divulgação do turismo no Estado, entre outros tópicos.

Como coordenar, dentro da esfera pública, as ações de instâncias de regulação estatal de preservação do patrimônio histórico-cultural (como, por exemplo, a FUNDARPE e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco) com instâncias de promoção do turismo (EMPETUR e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes, por exemplo) na implementação e desenvolvimento dos roteiros criados com a metodologia proposta neste artigo? Como gerar mecanismos de comunicação e interação entre órgãos de naturezas distintas para responder questões como a utilização ou não de um bem histórico-cultural como atração turística e a alocação de recursos governamentais entre ações de divulgação ou melhoria de infra-estrutura turística e de preservação e manutenção do patrimônio histórico-cultural inserido em roteiros turísticos.

Através de que critério poderá ser medida a geração de emprego e renda causada pela implementação de novos roteiros turísticos em Pernambuco? Como mensurar esta geração de emprego e renda antes da própria implantação e operacionalização do roteiro, como fator de seleção de novos roteiros turísticos propostos?

Como medir e quantificar a necessidade de gastos com a manutenção e conservação de um bem histórico-cultural, a partir do aumento do fluxo de turistas que utilizam este bem como atração turística dentro de um novo roteiro proposto? Como, a exemplo da geração de emprego e renda, incluir este critério como fator de seleção de novos roteiros turísticos propostos?

O que pode ser feito para engajar o especialista em patrimônio histórico, geralmente um arquiteto ou historiador pouco ou nada afeito a uma reflexão de ordem prática como a que aqui é proposta, com metas e formas de geração de receitas que servirão para a própria conservação dos bens preservados?

Qual é o custo de implementação, manutenção e divulgação destes novos roteiros turísticos (cobrança de bilheterias em museus, horários de funcionamento, propaganda dos roteiros, conservação dos bens histórico-culturais, etc.), e qual é a participação nestes pontos do Governo Federal (via EMBRATUR, por exemplo), Governo do Estado de Pernambuco, prefeituras municipais e iniciativa privada?

Por fim, a evolução do patrimônio histórico-cultural no restante do Brasil, através dos métodos empregados neste trabalho, vem tendo a mesma tendência verificada no Estado de Pernambuco? Até que ponto a tendência de decréscimo na divulgação dos bens histórico-culturais pernambucanos representa um fenômeno nacional ou se deve a particularismos locais?

7. Notas explicativas

¹ Em virtude de determinados bens tombados pelo IPHAN constituírem-se como uma única atração turística, da inacessibilidade de alguns bens tombados durante determinados anos da série histórica analisada, de ter havido processos de tombamentos realizados durante o período 1980 – 2003 e de existirem processos de tombamento compostos por mais de um bem histórico-cultural, foram realizadas as seguintes considerações:

(1) A CAPELA DOURADA e o CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTÔNIO, em Recife, foram considerados como um único bem tombado na pesquisa, não obstante representarem dois processos de tombamento no IPHAN, em virtude da CAPELA DOURADA situar-se dentro do outro bem citado e de ambos constituírem uma única atração turística.

(2) A CAPELA DE SÃO PEDRO ADVÍNCULA e a CASA DO ANTIGO ALJUBE, em Olinda, foram consideradas como um único bem tombado na pesquisa, não obstante representarem dois processos de tombamento no IPHAN, em virtude dos dois bens funcionarem como o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco e constituírem uma única atração turística.

(3) Os dois bens tombados situados em Fernando de Noronha foram excluídos da base de cálculo de bens tombados entre os anos de 1982 e 1991, inclusive, em virtude do turismo na ilha ter sido proibido ou restrito durante este período, fazendo com que o Guia Quatro Rodas Brasil destes anos fizesse uma descrição resumida dos atrativos de Fernando de Noronha.

(4) Os bens tombados durante o período de 1980 e 2003 (12 no total) passaram a fazer parte da base de cálculo da porcentagem de bens tombados presentes no Guia Quatro Rodas Brasil na edição posterior ao ano de tombamento de cada bem.

(5) A divulgação de museus, casas da cultura e outras formas de atrativos turísticos que funcionem em bens tombados foram considerados como divulgação do bem tombado em questão.

(6) Os processos de tombamento que consistem de aglomerados de mais de um bem, como, por exemplo, o CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE IGARASSU, foram considerados como divulgados como atrações turísticas quando todo ou parte do conjunto de bens constaram do Guia Quatro Rodas Brasil.

² Em virtude de determinados bens tombados pelo IPHAN constituírem-se como uma única atração turística e de existirem processos de tombamento compostos por mais de um bem histórico-cultural, foram realizadas as seguintes considerações:

(1) A CAPELA DOURADA e o CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTÔNIO, em Recife, foram considerados como um único bem tombado na pesquisa, não obstante representarem dois processos de tombamento no IPHAN, em virtude da CAPELA DOURADA situar-se dentro do outro bem citado e de ambos constituírem uma única atração turística.

(2) A CAPELA DE SÃO PEDRO ADVÍNCULA e a CASA DO ANTIGO ALJUBE, em Olinda, foram consideradas como um único bem tombado na pesquisa, não obstante representarem dois processos de tombamento no IPHAN, em virtude dos dois bens funcionarem como o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco e constituírem uma única atração turística.

(3) A divulgação de museus, casas da cultura e outras formas de atrativos turísticos que funcionem em bens tombados foram considerados como divulgação do bem tombado em questão.

(4) Os processos de tombamento que consistem de aglomerados de mais de um bem, como, por exemplo, o CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE IGARASSU, foram considerados como atrações turísticas quando todo ou parte do conjunto de bens constaram do guia turístico em questão.

8. Bibliografia

CONDEPE – Instituto de Planejamento de Pernambuco. **Séries monografias regionais Rio Formoso**. Recife: CONDEPE, 1987.

DODD, Diane. “Barcelona, the making of a Cultural City”. *In*: DODD, Diane & HEMEL, Annemoon van. **Planning Cultural Tourism in Europe**. Amsterdam: Boekman Foundation/Ministry of Education, Culture and Science, 1999.

GUIA FODOR’S BRASIL 2º edição em português. São Paulo: Fodor’s, 2002.

GUIA QUATRO RODAS BRASIL. Edições de 1980 a 2003. São Paulo: Editora Abril, 1980 a 2003.

GUIA PHILIPS NORDESTE. São Paulo: Editora Horizonte Geográfico, 2002.

EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco. **Inventário da Oferta Turística de Pernambuco**. Recife: EMPETUR, 1990.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Evolução do Turismo no Brasil 1992 – 2001**. Brasília: EMBRATUR, 2002.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Estudo do mercado interno de turismo 2001**. Brasília: EMBRATUR, 2002a.

ENGELMANN, Francis. **O despertar cultural de Luang Prabang**. O Correio da UNESCO, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9/10, p. 44-46, set/out 1999.

FIAM – Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco. **Plano de preservação dos sítios históricos do interior/PPSHI primeira parte**. Recife: FIAM, 1982.

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Inventário do patrimônio cultural do Estado de Pernambuco Sertão do São Francisco IPAC/PE**. Recife: FUNDARPE, 1987.

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Pernambuco patrimônio cultural de todos**. Recife: FUNDARPE, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais do Brasil 1997 – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO & PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

LAGE, Beatriz H. Gelas & MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**. Campinas: Papirus Editora, 1991.

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. **Praia do francês: uma comunidade invadida pelo turismo**. Recife: Editora Massangana, 1999.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Preservação de Sítios Históricos**. Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 1981.

RICHARDS, Greg. **Cultural Tourism in Europe**. Wallingford: CAB International 1996.